

de Santarém do Instituto Português da Juventude, com efeitos a partir de 9 de Março de 2005.

6 de Abril de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Gerdal*.

Despacho (extracto) n.º 8250/2005 (2.ª série). — Por despacho da presidente da comissão executiva de 30 de Março de 2005:

Ana Almeida Dias Carvão — nomeada definitivamente, precedendo reclassificação para a categoria de telefonista, 6.º escalão, índice 194, do quadro de pessoal dos Serviços Centrais do Instituto Português da Juventude, com efeitos a partir de 9 de Março de 2005.

6 de Abril de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Gerdal*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Despacho conjunto n.º 307/2005. — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 a 3 do artigo 83.º da Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro, é nomeado director nacional da Polícia de Segurança Pública o licenciado Orlando Soares Romano, procurador da República do quadro dos magistrados do Ministério Público, cuja idoneidade, experiência e competência profissionais comumente reconhecidas são patentes no *curriculum vitae* anexo.

O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

5 de Abril de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e da Administração Interna, *António Luís Santos Costa*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome — Orlando Soares Romano;
Data de nascimento — 21 de Fevereiro de 1956;
Local de nascimento — Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo;
Estado civil — casado.

Habilitações académicas e profissionais:

Licenciatura em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa em 12 de Julho de 1980;
II curso especial de formação para magistrados do Ministério Público no CEJ, em 1981-1982.

Cargos/funções exercidas:

1980-1981 — docência da cadeira de Direito Penal, como monitor, na Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa;
1982 — ingresso na magistratura do Ministério Público, após frequência de curso no CEJ;
1982-1983 — delegado do procurador da República na comarca de Montemor-o-Novo;
1983-1986 — delegado do procurador da República na comarca de Lisboa, exercendo funções no TIC;
1986-2002 — director nacional-adjunto da Polícia Judiciária, em comissão de serviço, exercendo funções na DCCB;
1997 — promovido a procurador da República, continuando em exercício de funções na Polícia Judiciária;
2002-2005 — procurador da República nos círculos judiciais de Loures e Torres Vedras.

Outras actividades relevantes:

Participação na Delegação Portuguesa ao grupo de alto nível (GAN) criado pelo Conselho Europeu em 13 e 14 de Dezembro de 1996, para elaborar um plano de acção abrangente contra a criminalidade organizada;
Chefia da Delegação Portuguesa ao grupo multidisciplinar sobre criminalidade organizada (GMD) da União Europeia, desde o seu início, em 1997, até 2002;
Presidente do GMD durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia;
Presidente do grupo de trabalho de terrorismo do III pilar da UE durante a Presidência Portuguesa, após chefia da Delegação Portuguesa (bipartida) desde o início do grupo;
Participação numa equipa de avaliação da União Europeia à Grécia em matéria de auxílio judiciário mútuo;
Organização e presidência de seminários e conferências sobre criminalidade de origem asiática e metodologias de investi-

gação criminal e outros, no âmbito da preparação e da posterior presidência portuguesa em 2000;

Presidência do II Fórum sobre Prevenção da Criminalidade Organizada, organizado por Portugal em parceria com a EURO-POL, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia; Presidente do grupo de trabalho sobre terrorismo (TREVÍ) na Presidência Portuguesa de 1992;

Presidente, após eleição, de uma assembleia geral da INTERPOL sobre Terrorismo em Lyon;

Chefia da Delegação Portuguesa no grupo de trabalho «Police Working Group on Terrorism» (PWGT), de 1986 a 2002;

Participação em acções de formação, colóquios e conferências sobre a temática da investigação criminal e análise de informação, em diversas instituições, nomeadamente no CEJ e universidades nacionais e estrangeiras.

GABINETE DO MINISTRO DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Despacho n.º 8251/2005 (2.ª série). — No quadro do Gabinete, aprovado pela Portaria n.º 221/93, de 24 de Fevereiro, está previsto um lugar de chefe de repartição.

No artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, dispõe-se que «os lugares de chefe de repartição são extintos à medida que as leis orgânicas dos serviços operem a reorganização da área administrativa».

Como ainda não se efectuou, relativamente ao Gabinete, tal reorganização, continua a existir, no respectivo quadro de pessoal, o lugar de chefe de repartição, cuja escala salarial e progressão estão, aliás, expressamente reguladas no n.º 3 do citado artigo 18.º

E, sendo assim, é legítimo que se proceda à abertura de concurso para preenchimento do mencionado lugar, uma vez que a funcionária que o ocupava passou à situação de aposentada, conforme publicação no *Diário da República*, 2.ª série, de 29 de Outubro de 2004, a p. 15 848.

Deste modo, tendo em atenção o disposto nos artigos 6.º, n.º 4, alínea b), 7.º, alínea a), 8.º, n.º 1, 9.º, alínea a), e 10.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no artigo 6.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, autorizo que seja aberto concurso interno de acesso limitado para preenchimento da vaga de chefe de repartição do quadro do pessoal dos serviços de apoio ao Gabinete do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Portaria n.º 221/93, de 24 de Fevereiro.

Os métodos de selecção a utilizar serão a avaliação curricular e a entrevista profissional de selecção (artigos 18.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho).

A constituição do júri é a seguinte:

Presidente — Procuradora-geral-adjunta Maria Joana Raposo Marques Vidal, auditora jurídica junto do Gabinete do Ministro da República.

Vogais efectivos:

Licenciado Manuel Américo dos Santos Silveira, adjunto, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos.

Licenciada Cristina Maria Pamplona de Oliveira Ribeiro de Meireles Guimarães, adjunta.

Vogais suplentes:

Licenciada Armandina Celeste Afonso Ferreira, adjunta.
Licenciada Helena Maria Ferreira Dias Tavares da Costa, jurista.

Ao aviso de abertura será dada publicidade nos termos do n.º 2 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

1 de Abril de 2005. — O Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, *Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 8252/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Luísa da Conceição Rodrigues Esmeriz para prestar funções de assessoria, no âmbito dos assuntos relativos à revisão da Lei Orgânica, dos Estatutos e demais legislação de suporte